

Plenário examina a ampliação do controle social sobre gastos públicos

Projeto do senador José Eduardo Dutra, que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, inclui a imprensa e organizações não-governamentais entre os usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira



Os senadores devem votar proposta que garante prioridade na Justiça a processos que envolvam demissões por justa causa

O plenário decide hoje se amplia o acesso da sociedade às informações a respeito da gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União. Será colocado em votação projeto de lei complementar, de autoria do senador José Eduardo Dutra, que inclui a imprensa e organizações não-governamentais en-

tre os usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). A proposta destina-se a aperfeiçoar o controle social sobre o poder público e tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Iris Rezende.

PÁGINA 3

Aprovado fim de punição a empregados grevistas

PÁGINA 4

CPI do Sistema Financeiro investigará "desaparecimento" de US\$ 100 milhões

A CPI do Sistema Financeiro decidiu prorrogar seus trabalhos por 56 dias, para investigar denúncias publicadas pela imprensa de que o Banco Central teria descoberto operações irregulares no Banco Excel, responsáveis pelo "de-

saparecimento" de US\$ 100 milhões. Ao depor à comissão, em agosto, o ex-dono do Excel, Ezequiel Nasser, afirmou ter deixado o banco "tinindo" e informou ter vendido a empresa ao Banco Bilbao Biscaya "por apenas um real".

PÁGINA 4



Ao lado do secretário Antonio Carlos Sasse e do senador Ney Suassuna, o governador Anthony Garotinho permaneceu na comissão por duas horas

Havelange expõe plano para 2006

Os planos do Brasil para sediar a Copa de 2006 foram apresentados ao senador Antonio Carlos Magalhães pelo ex-presidente da Fifa João Havelange e o presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

PÁGINA 2



Antonio Carlos Magalhães recebeu do ex-presidente da Fifa, João Havelange

CAE autoriza o refinanciamento de parcela da dívida do Rio

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o refinanciamento de parcela da dívida mobiliária do Rio de Janeiro que vence neste semestre, equivalente a R\$ 128,6 milhões. O governador Anthony Garotinho respondeu a perguntas de senadores, antes da votação. Hoje deverá comparecer à CAE o governador de São Paulo, Mário Covas.

PÁGINA 7

CCJ aprecia proposta que define "linha oficial de pobreza"

Projeto em exame na comissão obriga presidente a estabelecer metas regionais de redução das desigualdades socioeconômicas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer que seja instituído no Brasil o conceito de uma "linha oficial de pobreza", que serviria de parâmetro para políticas de combate à miséria. Projeto neste sentido faz parte da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne hoje. A ideia de Suplicy é que o governo federal defina metas ao longo do tempo



Eduardo Suplicy quer que presidente fixe metas e as comunique ao Congresso

para a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Pela proposta, essas metas deverão

ser definidas pelo presidente da República, por ocasião de sua posse, e levadas ao conhecimento do Congresso Nacional por meio de mensagem. A linha de pobreza será fixada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na mesma reunião a CCJ deverá apreciar dois projetos de lei que tratam de cães considerados perigosos — das raças pit bull, rottweiler, fila, mastim e dobermann. Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-

DF) estabelece que animais destas raças e os resultantes de cruzamentos entre elas passam a ser considerados "cães perigosos" e, por isso, seus proprietários, possuidores e criadores responderiam civil e criminalmente pelos danos que o animal causar. O outro projeto, de autoria do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), trata apenas da raça pit bull e proíbe totalmente a criação, reprodução, importação e comércio desses cães.

A CCJ apreciará, também, projeto de lei da Câmara que define condições ideais para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos. A proposta também proíbe o lançamento final de esgotos sanitários e industriais sem tratamento em nível adequado ao local onde serão despejados.

CAE debate distribuição de leite e pão a carentes

Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que institui o Programa de Complementação Alimentar às Famílias Carentes (Proalimentar) é um dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne hoje. A proposta consiste na distribuição diária de pão e leite a famílias carentes que têm crianças com idade entre seis meses e seis anos, às mulheres gestantes e nutrízes. Além disso, o senador propõe o fornecimento de uma cesta básica mensal às famílias cujo rendimento não seja superior a meio salário mínimo.

A comissão, presidida pelo sena-

dor Osmar Dias (PSDB-PR), analisa também projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.

A pauta prevê ainda a apreciação de projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para constitui-



Luiz Estevão é autor do projeto que institui o Proalimentar

ção de microempresa.

Além disso, os senadores deverão analisar os relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a entrada de medicamentos falsos e sua comercialização no estado, e do Tribunal de Contas da União, sobre auditoria no Departamento Nacional de Produção Mineral.

Havelange e presidente da CBF visitam ACM

O ex-presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol), João Havelange, e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, visitaram ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Durante o encontro, o senador recebeu uma síntese da proposta entregue pela CBF à Fifa com a candidatura brasileira a sede da Copa do Mundo de 2006.

Do ex-presidente da Fifa, Antonio Carlos ganhou uma medalha. A distinção foi criada por Havelange, quando dirigiu a entidade, com o objetivo de homenagear personalidades que contribuem



Antonio Carlos, em seu gabinete, conversa com Havelange e Ricardo Teixeira

para o desenvolvimento do esporte. O futebol foi o tema da audiência — "da candidatura brasileira para sediar a

Copa ao desempenho do Bahia e do Vitória, times pelos quais o senador tem grande carinho", relatou Havelange.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1999

PRESIDÊNCIA

Senador Antonio Carlos Magalhães

- ▶ 10h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 17h30 - Recebe Alcides Tápia, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
- Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara*

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Várias matérias, entre elas "PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; e "Requerimento nº 335/99, do senador Romero Jucá, solicitando a dispensa do reexame do PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao reexaminar a matéria, atendeu à finalidade objetivada no referido requerimento.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "PLS nº 206/99, que institui o Programa de Complementação Alimentar a Famílias Carentes (Proalimentar); "PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; "PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas; "Ofício "S" nº 37/99 que encaminha ao Senado relatório final da CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, criada para apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada daquele estado, bem como sua comercialização; "PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, que disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; "PLS nº 31/99, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de Leiloeiros Oficiais; "Diversos nº 19/98, que encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 444/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam e, ainda, cópia do relatório de auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNP/AM) - 8º Distrito, no período de 29/07 a 02/08/96; "PLS nº 234/99, que estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; "PLS nº 67/99, que cria selo a ser fixado nos produtos que especifica; "PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; "PLS nº 131/99, acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador; e "PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

- ▶ 9h - Subcomissão de Rádio e TV

Pauta: "Requerimento do senador Djalma Bessa, solicitando ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras de rádio e televisão; "Requerimento do senador Amir Lando, solicitando a convocação de audiência pública para debater a PEC nº 203/95, que trata da propriedade das empresas jornalísticas de rádio difusão; "Requerimento do senador Pedro Simon, solicitando seminário tendo como tema "Rádio, Televisão e Democracia"; e "Requerimento do senador Pedro Simon, solicitando audiência pública para debater a rede pública de televisão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Diversas matérias, entre elas "PLS nº 66/99, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; "PLS nº 73/99, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários possuidores e criadores de cães perigosos; "PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça pit bull; "PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; "PLC nº 101/96, que define condições para o lançamento de esgotos e disposição de resíduos sólidos; "PLS nº 183/99, acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de Justiça; e "PLC nº 36/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Exposição do governador Mário Covas, acerca das operações de crédito de interesse do estado de São Paulo em tramitação no Senado. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

- ▶ 17h30 - Subcomissão para acompanhamento e investigação de casos de exploração do trabalho e prostituição infanto-juvenil

Audiência pública com a secretária de estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan, com a finalidade de prestar informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão prestadas pelo ministério. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

- ▶ Após Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "Mensagem nº 161/99, submete à aprovação do Senado o nome de Antônio José de Barros Levenhagen, para exercer o cargo de ministro do TST; e "Mensagem nº 167/99, submete à aprovação do Senado o nome de Ives Gandra da Silva Martins Filho, para exercer o cargo de ministro do TST. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalma Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota projeto que amplia acesso ao Siafi

Proposta prevê a inclusão de órgãos de imprensa, organizações não-governamentais e outras instituições entre os usuários do sistema de informações utilizado para controlar a movimentação de recursos do Tesouro Nacional

Congresso analisa vetos do presidente a 38 projetos

O Congresso aprecia, em sessão marcada para hoje às 10h, vetos do presidente da República a 38 projetos de lei. Desses, sete receberam vetos totais. Entre os que tiveram vetos parciais, está o projeto de lei do Congresso que estabelece as diretrizes orçamentárias para o ano 2000.

O projeto da Câmara que trata da uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal e o que dispõe sobre a indenização à companheira ou companheiro no caso de aci-

dente de trabalho com morte de seguradora da Previdência Social são duas propostas que tiveram veto total.

O projeto da Câmara que permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do aposentado é outra matéria vetada totalmente incluída na pauta de votação. Também recebeu veto total o projeto de conversão relativo à Medida Provisória nº 1.740, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Propriedade dos meios de comunicação vai a debate

A Subcomissão de Rádio e TV reúne-se hoje às 9 horas para apreciar, entre outros, requerimento do senador Amir Lando (PMDB-RO) que convoca audiência pública para debater a proposta de emenda constitucional que dispõe sobre a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Na mesma reunião, a comissão analisa proposta do senador Djalma Bessa

(PFL-BA) para a realização de um ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras em rádio e televisão, e ainda sugestão do presidente do órgão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretende realizar um seminário abordando o tema "Rádio, Televisão e Democracia". Os membros da comissão também irão votar a indicação de seus suplentes.

Projeto de lei complementar que incorpora novos usuários ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) – que controla a movimentação de recursos do Tesouro Nacional – será votado hoje pelo plenário do Senado. De autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a proposta tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

A iniciativa inclui entre os usuários do Siafi a imprensa, organizações não-governamentais e outras instituições, a fim de estimular a multiplicação de mecanismos de controle social sobre o poder público.

O projeto garante a todo cidadão o direito de obter informações a respeito dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da

O projeto, de José Eduardo Dutra, garante a todos os cidadãos o acesso ao Siafi



União, dos estados e municípios. E assegura a instalação, pelos órgãos governamentais, de terminais junto a cada unidade de controle interno, a fim de que os cidadãos possam ter acesso às informações. Se a matéria for aprovada, está previsto também o acesso ao Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem).

A pauta do Senado prevê também a votação de projeto estabelecendo que os processos judiciais que envolverem demissão de empregado por

justa causa terão prioridade na pauta dos julgamentos dos tribunais. O mesmo projeto estabelece que a audiência de conciliação e julgamento dos processos será designada para, no máximo, 30 dias úteis da data do ajuizamento da ação. O relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável.

Subcomissão do Trabalho Infantil ouve secretária de Assistência Social

A Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenis fará audiência pública hoje às 17h30. Os senadores que compõem a subco-

missão vão ouvir exposição da secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan.

A secretária deverá fazer um relato das ações de assistência, acom-

panhamento, investigação e repressão desenvolvidas pelo Ministério da Previdência. A subcomissão foi instituída pela Comissão de Assuntos Sociais e é presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).



Landon Pearson e Althoff conversaram sobre os problemas enfrentados pelas crianças no Brasil e no Canadá

Althoff recebe senadora canadense

A senadora canadense Landon Pearson, acompanhada do cônsul daquele país, Réjean Tassier, e da funcionária do Ministério das Relações Exteriores do Canadá Showna Christanson, foi recebida na tarde de ontem pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), no Salão Nobre do Senado. Ela veio ao Brasil iniciar troca de idéias e experiências que possam subsidiar as discussões de uma sessão especial da Organização das Nações Unidas sobre a criança, que será realizada em outubro do ano 2001, provavelmente em Nova York.

– Mantivemos um diálogo franco,

oportuno e pertinente com a senadora, oferecendo uma visão da situação das crianças no Brasil e recebendo dela informações da problemática da criança dentro da visão do Canadá. Essa troca de informações contribui para que, no momento em que a conferência acontecer, Brasil e Canadá, por intermédio de seus legisladores, possam ter contribuições a dar neste evento – comentou Geraldo Althoff.

Tanto o senador brasileiro quanto a senadora canadense integram a Frente Parlamentar da Criança, que está promovendo na Argentina a 18ª Conferência Pan-Americana sobre Direito

das Crianças. Landon Pearson, que seguiu ontem mesmo para Buenos Aires, representará o Canadá na conferência.

Em sua passagem pelo Brasil, além da visita ao Senado, Landon Pearson esteve, na segunda-feira, em São Paulo, onde participou de mesa-redonda com representantes de organizações não-governamentais. Ontem, ela se reuniu com autoridades da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do programa Comunidade Solidária, além de conversar com uma comitiva do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.

Wilson se diz "estarecido" com denúncias contra tribunal

O vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (sem partido-PE), disse ontem estar impressionado com as informações transmitidas pelas pessoas que falaram à comissão no primeiro dia de investigação em Cuiabá das denúncias feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral contra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

– Estamos estarecidos com o que ouvimos até agora. O assassinato do juiz e o envolvimento do Judiciário em nepotismo e na venda de sentenças, que não sabemos se é verdade ou não, chocou toda a população de Mato Grosso – comentou Carlos Wilson.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) opinou que é cedo para se afirmar

que o assassinato do juiz Leopoldino foi motivado pelas denúncias apresentadas contra o tribunal. Ele lembrou que o principal trabalho da CPI é investigar as denúncias de irregularidades cometidas por membros do tribunal, mas acrescentou que providências podem ser tomadas se, ao final dos trabalhos, for comprovada a ligação de juízes ou desembargadores com a morte de Leopoldino.

Além de Carlos Wilson e Dutra, integram a comitiva da CPI do Judiciário que está em Cuiabá o presidente Ramez Tebet (PMDB-MS), o relator Paulo Souto (PFL-BA) e os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Amir Lando (PMDB-RO).

No primeiro dia da visita a Cuiabá, os senadores estiveram, na parte da manhã, com o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso, Ussiel Tavares da Silva Filho, e com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Geraldo Riva. O almoço foi na companhia do governador do estado, Dante de Oliveira.

À tarde, a CPI visitou Rosemar Monteiro, viúva do juiz Leopoldino, o procurador da República Pedro Taques e o superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, Cláudio Luiz da Rosa. A programação de hoje inclui uma visita, às 10 horas, ao presidente do Tribunal de Justiça do estado, Wandyr Clait Duarte. O retorno a Brasília está previsto para as 13h10.



Denúncias contra o tribunal de Mato Grosso chocaram toda a população, disse Wilson

Senado revoga artigos da CLT que punem grevistas

Plenário entende que Constituição assegura o direito de greve e trabalhadores não precisam esperar a autorização prévia de tribunais



Outro artigo revogado pelo plenário ontem é o que permite o cancelamento do registro sindical como pena para quem faz greve

Plenário decide que lei dos juizados especiais não se aplica a militares

O plenário do Senado decidiu ontem que a lei referente aos juizados especiais cíveis e criminais não se aplica aos crimes militares. Isso porque os delitos militares, ainda que de menor potencial ofensivo, não podem, no entendimento da Casa, sujeitar-se aos procedimentos da legislação civil que prevê, por exemplo, a suspensão do processo quando o acusado não tiver sido condenado por outro crime. A matéria vai agora a sanção.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) reconheceu que a lei dos juizados especiais realmente simplifica a persecução criminal, o que pode comprometer a disciplina, característica fundamental das organizações militares. Ele também reconheceu que a possibilidade de suspensão do processo ou de composição dos danos enfraque-

ce as disposições penais, que dão certeza da punição, no caso do cometimento de ilícito militar.

O projeto do Executivo chegou ao Senado com o argumento dos comandantes militares de que o direito castrense é específico e é impossível desprezar as origens diversas do Direito Penal Comum e do Direito Penal Militar.

Os militares também apresentaram outro argumento: as divergências de interpretação na aplicação da lei dos juizados especiais nos processos militares causavam transtornos, além de ferir o princípio isonômico (tratar os iguais com igualdade). Eles entendem que todos os que praticam crime militar devem estar sujeitos às penas do Código Militar, assim como todos os que cometem crime comum devem submeter-se às regras do Direito Penal Comum.



Tuma reconheceu que a lei dos juizados especiais realmente simplifica o processo criminal

Projeto retorna às comissões

O Senado decidiu ontem enviar às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) o projeto do senador José Serra (PSDB-SP), hoje ministro da Saúde, que estabelece diretrizes, em matéria de serviços públicos e de saneamento, para o exercício do poder con-

cedente entre a União, os estados e os municípios.

O projeto estava pronto para votação, mas os senadores Paulo Hartung (PSDB-ES) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentaram requerimentos para que ele fosse reexaminado pela CCJ e pela CAE. E a senadora Marina Silva (PT-AC) pediu, em requerimento, audiência na CI.

O plenário do Senado aprovou ontem e encaminhará à sanção presidencial projeto revogando três artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que punem os empregados grevistas. Atualmente, aquele que, coletivamente e sem prévia autorização da Justiça, abandonar o serviço ou desobedecer a qualquer decisão proferida em dissídio pode ser despedido, suspenso ou perder o cargo. Ao revogar essa penalidade, o Senado adequou a CLT à Constituição, que garante o direito de greve.

Os senadores entenderam que, se a Constituição assegura o direito de greve e garante que cabe aos trabalhadores decidir sobre sua oportunidade, não há por que se esperar a autorização prévia de nenhum tribunal, como estabelece a CLT. O plenário deliberou que, nesse caso, a Justiça só poderá se manifestar se o dissídio for a julgamento, por provocação das partes ou do Ministério Público do Trabalho.

Mesmo nesse caso, o Senado entendeu que o que deve ser examinado não é mais se a greve é legal ou ilegal, mas se é abusiva ou não e se atende aos requisitos legais fixados em lei. Outro artigo da CLT revogado pelos senadores é o que permite o cancelamento do registro sindical como pena para quem faz greve. Foi ainda eliminado o artigo que pune quem instigue a greve, por sua incompatibilidade com o texto constitucional.

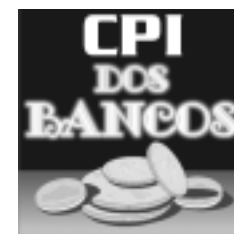
Três novos embaixadores aprovados

Três mensagens presidenciais com indicação de embaixadores foram aprovadas ontem em votação secreta do Senado, referendando os nomes de Sérgio de Queiroz Duarte para representar o Brasil na Croácia e na República da Eslovaca (cumulativamente com a função de embaixador na Áustria); Pedro Paulo Pinto Assumpção para ser embaixador brasileiro no Panamá; e o de José Nogueira Filho para representar o país simultaneamente em Israel e no Chipre. As três aprovações serão agora comunicadas ao presidente da República.

Na mesma sessão, o Senado renovou concessão outorgada à Fundação São Benedito da Lapa para explorar serviços de rádio em onda média na cidade da Lapa (PR). A matéria vai agora a promulgação.



Ezequiel Nasser, ex-dono do Excel, disse à CPI que deixou o banco "tinindo"



Comissão prorroga os trabalhos até novembro para investigar Excel

A CPI do Sistema Financeiro está sendo prorrogada pela segunda vez, por mais 56 dias, para investigar até o dia 30 de novembro denúncias da revista *IstoÉ Dinheiro* de que o Banco Central descobriu operações irregulares no Banco Excel que "fizeram desaparecer US\$ 100 milhões" da instituição. O Excel foi o comprador do Banco Econômico, dentro do Proer, o que exigiu injeções financeiras próximas de R\$ 5 bilhões do Banco Central.

Ao depor à CPI, em agosto, o ex-dono do Excel, Ezequiel Nasser, afirmou ter deixado o banco "tinindo" e que o vendeu ao Banco Bilbao Biscaya "por apenas um real". Conforme a revista, o Banco Central descobriu operações financeiras simuladas envolvendo também a agência do Banco Excel-Econômico nas Bahamas, conhecido paraíso fiscal.

O requerimento da prorrogação da CPI foi apresentado pelo senador Ja-

der Barbalho (PA), presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado e já conta com mais de 27 assinaturas, número mínimo para que seja aceito. Jader Barbalho argumenta ainda em seu requerimento que a prorrogação permitirá à CPI examinar com mais detalhes a farta documentação remetida ao Senado pelo Banco Central e por outras instituições financeiras.

A CPI dos Bancos foi criada no dia 5 de abril último para investigar várias denúncias, entre elas a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, em janeiro, à véspera da mudança cambial.

A comissão também tem a incumbência de investigar porque o sistema financeiro continuava frágil no primeiro trimestre deste ano, apesar dos gastos de R\$ 20 bilhões do Proer no saneamento dos bancos brasileiros.

Contradições reabrem caso do Banco Marka-FonteCindam

Os senadores da CPI dos Bancos também decidiram ontem reabrir o caso Marka-FonteCindam, por causa dos depoimentos de dois inspetores do Banco Central à Polícia Federal. Conforme o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), notícia publicada pelo jornal *O Dia* informa que houve "muita contradição" entre o que os inspetores disseram à



João Alberto: contradições podem revelar alguma mentira dita à CPI

Polícia e o que ex-diretores do Banco Central afirmaram à CPI:

— Talvez essas contradições mostrem alguma mentira dita tanto à CPI quanto à Polícia Federal. Primeiro, vamos ler os depoimentos dos auditores à Polícia. Vamos também conversar com os investigadores do DPF e os procuradores do Ministério Público que estão no caso — disse João Alberto.

Como resultado da prorrogação, a

CPI irá reconvocar para depoimentos o ex-dono do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, e o presidente do Unibanco, Pedro Moreira Sales. Eles tinham sido convocados para depoimento em agosto, mas a falta de tempo impediu que fossem ouvidos. O Unibanco comprou o Nacional, numa operação que envolveu grandes quantias de dinheiro

do Proer.

Na reunião administrativa realizada ontem, os senadores discutiram a prorrogação da CPI, as denúncias da revista *IstoÉ Dinheiro* sobre o Banco Excel e as decisões do STF sobre a conduta de CPs. No geral, o Supremo reconheceu que as CPs têm poder para quebrar sigilo bancário, telefônico e fiscal de qualquer pessoa investigada, sem prévia autorização judicial.

Jader afirma que decisão de Mestrinho foi correta

Senador foi escolhido relator do PPA por colega do PMDB e diz que Regimento do Senado ampara interpretação do presidente da comissão

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) garantiu, em discurso na sessão plenária ontem, que a competência para designar o relator do Plano Plurianual (PPA) é do presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). "Havia duas indicações de lideranças, uma do PFL na Câmara e outra do PMDB no Senado. Ele aceitou minha indicação, e me nomeou relator, interpretando fielmente o Regimento, sem atropelar qualquer direito partidário", afirmou.

Jader disse que é "cláusula pétrea" do Regimento do Senado considerar seus dispositivos acima de qualquer acordo de lideranças partidárias ou decisão de plenário. Segundo o senador, o Regimento é claro e não há incompatibilidade na escolha de um relator do PPA do mesmo partido do presidente da Comissão Mista de Orçamento. "Isso acontece, apenas, no caso do Orçamento anual ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias", afirmou.

O senador pelo Pará lembrou que, mesmo pelo critério de alternância de Casas e de partidos majoritários, o cargo de relator do PPA deveria pertencer ao partido majoritário do Senado, o



Jader disse que seu objetivo era restabelecer a verdade sobre a indicação do relator do PPA

PMDB, uma vez que a relatoria do PPA anterior coube a um deputado do PFL. "Mesmo assim, Mestrinho dirigiu-se à consultoria jurídica do Senado que garantiu não haver qualquer infringência regimental na minha indicação."

Segundo o senador, depois de dar seu parecer o consultor "teve uma crise existencial de interpretação e, sem revogar nada do que dissera, ponderou ser a re-

dação do dispositivo defeituosa, uma vez que a Constituição coloca no mesmo plano o PPA, o Orçamento e a LDO". Na opinião de Jader, o consultor usou a hermenêutica (disciplina de interpretação de textos legais). "Ele lançou a dúvida e saiu de férias", afirmou.

Para Jader Barbalho, a escolha de um relator deveria ser um assunto de rotina do Congresso Nacional. "No caso do PPA, não havia conflito, apenas duas indicações. Não cabia ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocar reunião de lideranças partidárias para opinar sobre um assunto da exclusiva competência do presidente da comissão. Também não cabia anunciar haver consenso sobre a escolha de um deputado do PSDB, quando o PMDB não estava de acordo", lamentou.

Jader ressaltou que seu objetivo era restabelecer a verdade sobre o episódio da indicação do relator do PPA. "Não há qualquer motivo para que o assunto saia da alçada da Comissão Mista de Orçamento. Esse é o foro legítimo para exame do plano e escolha de seu relator", disse ele, ressaltando que o presidente da comissão já formalizou a sua indicação.

Suassuna pede atenção às promessas do PPA

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que os congressistas precisam estar atentos para a execução do Plano Plurianual (PPA), o chamado Avança, Brasil, para impedir que ele tenha a mesma sorte do seu antecessor, o Brasil em Ação, no qual muitas metas "simplesmente apresentaram investimento zero".

Para Suassuna, é temerário planejar para quatro anos (de 2000 a 2003), num país como o Brasil. O senador observou, no entanto, que houve um salto qualitativo, uma vez que educação e saúde viraram prioridades, o que não acontecia, segundo ele, com o Brasil em Ação. Além disso, destacou, o PPA projeta metas que, "à luz do projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000, indicam a viabilidade da estabilização da relação dívida líquida/PIB".

O senador pela Paraíba enfatizou, ainda, a importância da efetiva aplicação de recursos nas regiões mais carentes, em especial o Nordeste. "Os R\$ 33,5 bilhões alocados para o desenvolvimento social, R\$ 13,9 bilhões em infra-estrutura e R\$ 9,4 bilhões para o setor produtivo, à conta do Nordeste, precisam de segurança quanto à sua execução efetiva; o Nordeste tem fome, sede, desempre-



Suassuna: "Nordeste tem fome, sede, desemprego, mão-de-obra ociosa e não pode esperar"

go e mão-de-obra ociosa e não pode, absolutamente, esperar."

Ney Suassuna disse ser imperativo o engajamento do conjunto da sociedade e a parceria do Legislativo para impedir desvios de execução. "Somente assim, será possível acabar com a desigualdade inaceitável às portas do terceiro milênio. Que ele seja de justiça social e democracia econômica para todos os brasileiros, sem exceções desonrosas", afirmou.

ACM rebate senador e apresenta novo parecer condenando indicação

O presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, rebateu ontem os argumentos do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) quanto à sua escolha para a relatoria do PPA, apresentando um parecer emitido pela Consultoria Jurídica da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Antonio Carlos disse que o parecer é completo e que esclarece qualquer dúvida pendente sobre a impossibilidade de Jader ser o relator do PPA na Comissão Mista:

— Não tenho mais dúvida. Hoje tenho certeza absoluta de que Vossa Excelência não pode ser o relator do PPA, apesar de todos os seus méritos — afirmou Antonio Carlos.

De acordo com o parecer, a Consultoria Jurídica da CCJR da Câmara entende que a escolha de Jader para a relatoria do PPA é contrária às normas regimentais porque o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (AM), pertence ao mesmo partido, o PMDB. O parecer também destaca a questão da designação do relator pelo presidente da comissão, afirmando não tratar-se de uma decisão monocrática.

A consultoria assinala que "é mister acatar a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares.



ACM garantiu que a questão será resolvida dentro do espírito democrático do Senado

Quando o supracitado dispositivo legal diz 'designar, de acordo com a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares e observando o critério da proporcionalidade partidárias', não se trata de mero aconselhamento".

Também apartando, o senador Gilberto Mestrinho disse ter baseado seus atos na Resolução nº 2 de 1995, que determina que o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentá-

ria Anual não podem ser designados entre os membros da Casa ou do partido ou bloco parlamentar a que pertença o presidente da comissão. "A resolução exclui apenas esses dois. A comissão tem uma série de relatores", explicou o senador. Segundo Mestrinho, a resolução ainda determina que compete ao presidente da comissão designar "de acordo com a indicação das lideranças partidárias", e não "ouvidas as lideranças partidárias", disse.

Antonio Carlos respondeu perguntando quais lideranças partidárias ficaram de acordo, salvo Jader Barbalho. Mestrinho respondeu argumentando que para designar o relator do PPA é necessário obedecer a alternância de Casas, que seria do Senado, e a proporcionalidade, que favoreceria o partido majoritário, que é o PMDB, e que seguiu estritamente o Regimento Interno do Senado.

Para Antonio Carlos, Mestrinho não seguiu as normas legais e, conseqüentemente, os atos foram nulos. O presidente do Senado disse ainda acreditar que o assunto será plenamente resolvido "dentro do espírito democrático que presidiu o debate de hoje e que engrandece o Senado da República".

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) também apartaram o senador Antonio Carlos Magalhães.



Jader expôs seus planos para a relatoria em reunião que não teve quorum para deliberação

Comissão de Orçamento se reúne apesar do impasse

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) reuniu ontem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para votar alguns requerimentos e dar início aos trabalhos de tramitação do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Na reunião, realizada sem *quorum* para deliberação, o relator do PPA nomeado por Mestrinho, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), falou sobre sua proposta de encaminhamento do relatório: enviará aos membros da comissão minuta das normas para apreciação do projeto de lei do PPA, cujo cerne é criação de relatorias adjuntas. Esse mecanismo, na visão de Mestrinho e Jader, dará a todos os partidos possi-

bilidade de influir em pé de igualdade na forma final da lei do PPA.

Jader recusou-se a falar em vitória quanto à manutenção do seu nome como relator, atribuindo à reunião caráter de "rotina". Para o senador Gilberto Mestrinho, a comissão agora passará a tratar das questões práticas — entre elas a prorrogação dos prazos para recebimento de emendas.

Segundo o presidente da comissão, é assunto interno do PFL a eventual apresentação de questão de ordem contra a nomeação de Jader, em reunião do Congresso marcada para hoje. Ele disse não acreditar na sua destituição do cargo de presidente da comissão.

Heloísa Helena quer garantir investimento na área social

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apelou ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e ao plenário do Senado para que condicionem a aprovação do empréstimo de US\$ 2,2 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao governo federal à garantia de que o governo invista R\$ 4 bilhões na área de proteção social, em particular no projeto de renda mínima, atendendo oito milhões de famílias.

Heloísa destacou que o ministro do Orçamento admitiu na CAS — onde a matéria está tramitando — que esse empréstimo não seria utilizado em programas sociais, mas serviria para garantir credibilidade e reservas cambiais. A senadora está propondo agora que recursos equivalentes sejam destinados a combater a pobreza, beneficiando inclusive mais de um milhão de crianças entre dez e 14 anos



Heloísa Helena defende apoio a mais de um milhão de crianças que trabalham

que estão trabalhando.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu que o governo brasileiro invista na área social R\$ 35 bilhões, recursos que, segundo o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, acabariam com o fenômeno da miséria no país se fossem aplicados através de um orçamento social nas áreas de saúde, educação, reforma agrária e atendimento aos desassistidos de modo geral. Marina propõe que esses recursos sejam descontos do pagamento de juros da dívida externa, já que o receituário do FMI não funcionou.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que o debate sobre essas questões é da maior importância, dada a gravidade da situação social no país e a falta de compromisso do governo federal com os interesses nacionais. Segundo ele, o Programa Plurianual é “mirabolante” e faz lembrar as promessas eleitorais de Fernando Henrique.

Combate à miséria tem 50 programas e R\$ 3,3 bilhões

Técnica do Ipea diz que recursos, embora insuficientes, podem melhorar a situação dos pobres se tiverem uma gestão eficiente

O Orçamento da União para o ano 2000 contém 50 programas, distribuídos por vários ministérios, com recursos de R\$ 3,3 bilhões, que poderão combater a pobreza se forem bem direcionados, afirmou ontem Ana Peliano, técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), durante palestra na Comissão Mista Especial para Erradicação da Pobreza. A outra técnica do Ipea que participou dos debates na comissão, Sônia Rocha, disse que os dois grandes focos de pobreza no país ainda são o Nordeste e as áreas metropolitanas do Rio e de São Paulo.

Segundo Sônia Rocha, os planos de estabilização econômica proporcionaram ao país maior desenvolvimento e crescimento econômico, mas mantiveram o alto índice de desigualdade na distribuição da renda nacional. Ela

disse que a renda média mensal dos mais pobres no país é de R\$ 56,00, enquanto a dos mais ricos é de R\$ 7,06 mil.

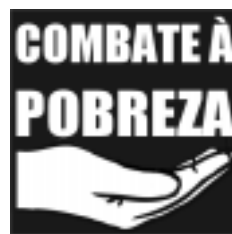
Ana Peliano citou dados de 1996, que são os mais atualizados, feitos pelo Ipea, o IBGE e a Cepal, indicando que existem no país 21,3 milhões de pessoas indigentes. Essa pesquisa levou em conta, segundo Ana Peliano, o nível de renda e a distribuição de cesta básica. Para um programa sério de combate à pobreza, a técnica disse que é necessário levar em conta as diversidades sociais do país, de norte a sul, e aplicar políticas com um bom gerenciamento de recursos.

O problema não pode ser tratado de forma global e única, disse Ana Peliano. Os recursos previstos em 50 programas do Orçamento de 2000, embora insuficientes, observou, são

bastante expressivos e devem ser aprimorados para atender às realidades existentes no país. A técnica do Ipea defendeu a criação de um fundo, a exemplo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para combater a pobreza. O principal desafio, afirmou, é desburocratizar a aplicação dos recursos disponíveis em programas sociais.

Sônia Rocha afirmou que só o crescimento econômico não resolve o problema. “É preciso levar em conta que existem várias carências nas áreas de saúde, educação e demais necessidades básicas dos que estão abaixo da linha da pobreza”, ponderou.

Ela acrescentou que a situação nas regiões metropolitanas é grave, devido ao aumento do desemprego. “O rendimento global advindo do trabalho estagnou. E os rendimentos caem principalmente para quem tem menos de quatro anos de educação”, disse.



Sugestões vão de um ministério específico ao entendimento em favor da renda mínima

No debate com as técnicas do Ipea, Ana Peliano e Sônia Rocha, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) sugeriu a criação de um Ministério do Bem-Estar Social para solucionar o problema do gerenciamento dos recursos destinados a combater a pobreza no país.

Em resposta ao senador, Ana Peliano disse que a criação de um ministério específico não é a melhor solução para administrar um programa de combate à pobreza. “Esse ministério acabaria tendo as mesmas dificuldades de gerenciar o programa, seria apenas mais um ministério a brigar com os demais por recursos”, observou.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse que a Comissão para Erradicação da Pobreza está prestando uma grande contribuição para minorar o sofrimento dos que estão em busca de cidadania. Ele falou sobre a reforma tributária que tramita na Câmara, afirmando que a política tributária é um importante instrumento de distribuição de renda no país. “Infelizmente não há disposição de se distribuir a renda na reforma tributária”, afirmou.

Sônia Rocha concordou com o senador, afirmando que a cobrança do Imposto de Renda, por exemplo, é o que tem efeito distributivo mais amplo. Para Ana Peliano, a reforma fiscal poderia ser utilizada como um bom mecanismo de distribuição de renda no país.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL)



Deputado Roberto Brant, senadora Marina Silva, Sônia Rocha e Ana Peliano participam do debate na comissão de erradicação da pobreza

elogiou os argumentos das técnicas do Ipea e concordou com suas colocações, mas disse não acreditar que o atual governo promova um programa sério de combate à pobreza. Para ela, o ideal é centralizar programas nas áreas de educação e saúde, para poder garantir sua universalização.

Heloísa Helena criticou o programa de distribuição de cestas básicas feito pelo governo e disse que no Nordeste há pessoas que estão se alimentando do caldo das folhas da manga para sobreviverem. Marina Silva (PT-AC) disse que há muitas facetas da realidade da pobreza no país, criticou a má distribuição de renda e defendeu uma atuação “articulada” dos diversos ministérios e órgãos governamentais para a aplicação das políticas sociais.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

defendeu mais empenho do governo, estados e municípios para a aplicação de um programa de renda mínima. Para combater a pobreza, afirmou, “é preciso haver preocupação nacional do governo federal, a mesma preocupação com que o governo administra o Imposto de Renda”. Ele sugeriu que seja formada uma comissão para examinar qual a melhor alternativa para aplicação do programa de renda mínima.

Depois de pedir soluções concretas para o problema, a partir do aproveitamento dos trabalhos da comissão, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o Brasil é recordista mundial de fracassos em projetos na área social. Segundo Simon, houve uma série de projetos bem intencionados nesse setor que não vingaram.



Ao lado da senadora Luzia Toledo, o senador Freitas Neto preside a reunião da CE

CE debate extinção de programa de treinamento

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) propondo audiência pública para debater com o governo e os setores envolvidos da sociedade a possível extinção e corte nas verbas do Programa Especial de Treinamento (PET). Mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), o PET é um programa de fomento à graduação, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o requerimento, a audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Emília sugeriu que a audiência seja feita nos dias 28 ou 29 de setembro, com as participações do presidente da Capes, Abílio Baeta; do representante da Comissão Executiva Nacional de Defesa do PET, Dante Barone; da pró-reitora de Graduação da Universidade

do Estado de São Paulo, Maria Aparecida Viggiani Bicudo, além de um representante dos alunos bolsistas.

Com parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES), a CE aprovou também projeto de iniciativa do Executivo, já aprovado pela Câmara, que denomina “Rodovia Ulysses Guimarães” a BR-282, que se estende do litoral de Santa Catarina até o extremo-oeste do estado. Na mesma reunião, a comissão aprovou a renovação da concessão de quatro rádios em Minas Gerais (Difusora de Patrocínio, Cultura II FM de Poços de Caldas, Rádio Central do Triângulo Mineiro e Rádio Aurilândia) e três em São Paulo (Cultura de Cajuru, Rádio Clube de Itapira e Fundação Agripino Lima). Também foram aprovadas as renovações para a Rádio Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, e para a Rádio Continental de Francisco Beltrão, no Paraná.

CAE aprova refinanciamento da dívida do Rio

Renegociação, defendida na comissão pelo governador Anthony Garotinho, vale para os R\$ 128,6 milhões correspondentes à parcela da dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre deste ano

O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PDT), permaneceu ontem por mais de duas horas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), respondendo a perguntas dos senadores, e acabou recompensado com a aprovação, pela comissão, do refinanciamento da parcela da dívida mobiliária do Rio que vence neste semestre, totalizando R\$ 128,6 milhões. O projeto de resolução será ainda votado em plenário.

A matéria, com parecer favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), teve voto contrário, em separado, do senador Osmar Dias (PSDB-PR). O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que o refinanciamento permite ao estado manter sua adimplência e continuar a receber o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Suassuna ressaltou que a dívida total do estado, de R\$ 23 bilhões, não estava em discussão. Ele também comunicou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, telefonou-lhe durante a reunião avisando que não seria possível incluir esse refinanciamento na negociação global da dívida, que ainda levará 30 a 60 dias para ser concluída.

Em voto em separado, Osmar Dias argumentou que os juros utilizados no refinanciamento equivalem ao custo do dinheiro praticado pelo mercado financeiro. Caso fossem incluídos na negociação global, o que foi por ele defendido, esses juros seriam de 6% ao ano, como tem ocorrido com a maioria dos acordos de refinanciamento com os estados.

Osmar destacou ainda que o parecer do Banco Central foi contrário ao refinanciamento, por contrariar os limites da Resolução 78 do Senado. O descumprimento da resolução, afirmou, joga a dívida pública "como um rolo compress-



Garotinho atribuiu à política de juros altos do governo o aumento da dívida dos estados

sor na cabeça dos brasileiros".

Garotinho afirmou que a dívida do Rio de Janeiro é de R\$ 25 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões referentes à privatização do Banerj (vendido ao Banco Itaú por R\$ 300 milhões). Para o governador, o grande culpado pelo aumento da dívida mobiliária é a política de juros altos do governo federal, que a elevou de R\$ 2,4 bilhões, em julho de 1994, para R\$ 11,1 bilhões, em agosto deste ano, sem que o estado emitisse um só título novo.

O acordo para o refinanciamento global não foi concluído porque, segundo o governador, havia "erros grosseiros" na proposta encaminhada. A dívida será abatida com R\$ 7,5 bilhões referentes aos royalties de produção de petróleo a que o estado tem direito nos próximos 20 anos. O abatimento está sendo feito, disse ele, por incapacidade de se saldar a dívida em 30 anos, com juros de 6% e comprometimento de 13% da receita líquida estadual — conforme o padrão das negociações entre o governo federal e os estados.

Comissão ouve hoje Mário Covas sobre situação de SP

O governador de São Paulo, Mário Covas, comparece hoje, às 17 horas, à Comissão de Assuntos Econômicos. Na reunião, convocada pelo presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), ele deverá falar sobre operações de crédito com aprovação solicitada pelo estado de São Paulo e que se encontram tramitando no Senado.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) é o relator de dois pedidos de refinanciamento para a dívida do estado, no valor de R\$ 55 milhões e de R\$ 45 milhões. De acordo com Suassuna, Mário Covas está disposto a discutir com os senadores a situação de São Paulo e o relatório de Osmar Dias.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip — Anticoncepção
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Unibiótica
7h30 — Especial Unip — Anticoncepção
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — O senador Lúcio Alcântara fala

sobre projeto que garante emprego para portadores do HIV
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
10h — Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado em 22.9.99)
21h30 — Jornal do Senado
21h55 — Senado em Pauta
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

Senadores questionam royalties de petróleo

Vários senadores participaram do debate sobre o refinanciamento da parcela da dívida mobiliária do Rio de Janeiro que vence neste semestre. José Fogaça (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) levantaram questões sobre o comprometimento antecipado dos royalties a serem recebidos pela extração de petróleo no estado, mas renderam-se à explicação de Garotinho sobre a necessidade de se alongar o pagamento da dívida, caso não fossem utilizados.

A José Alencar (PMDB-MG), Garotinho explicou que os royalties serão utilizados no abatimento da parte da dívida que deve ser paga mesmo depois de alcançado o limite de comprometimento de 13% das receitas líquidas do estado, como no caso dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) desta-



O debate na CAE teve grande participação dos senadores

cou que este é o último pedido de rolagem da dívida para o Rio de Janeiro. Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao governador o que tem sido feito para reduzir as despesas estaduais, recebendo como resposta que os gastos de custeio foram reduzidos de R\$ 100 milhões para R\$ 60 milhões, e que a fixação de um teto de R\$ 9,6 mil para os salários do funcionalismo gerou uma economia de R\$ 100 milhões por ano.

Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou as respostas do governador às perguntas dos senadores. Para ele, essas respostas vinham "sem contorcionismo político". Respondendo a Jefferson Péres (PDT-AM), Garotinho disse que o governo do Rio elimina seus déficits se o governo federal permitir que os recursos empres-

tados para financiar a previdência dos funcionários do Banerj possam ser transferidos para o fundo de previdência dos servidores fluminenses, chamado "Rio Previdência", criado em sua gestão e que abrange também os funcionários do banco, já privatizado.

Pedro Piva (PSDB-SP) afirmou que os estados não podem ser penalizados pela "brincadeira com os juros" que se fez no país. Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que a solução final somente sairá com a mudança de estrutura do Estado brasileiro, descentralizando a arrecadação de tributos. Já Agnelo Alves (PMDB-RN) opinou que o país somente terá solução "se passarmos a borraça, decretarmos ano zero e começarmos tudo de novo".

Ernandes Amorim cobra urgência na definição da reforma tributária

Com o objetivo de agilizar a tramitação da reforma tributária no Congresso, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) sugeriu gestões políticas entre as presidências da Câmara e do Senado. Ele acredita que o assunto não será esgotado pelos deputados e, dado que a reforma tributária incide sobre a Federação, constitucionalmente representada pelo Senado, a este deve caber importante papel na definição da matéria.

— Acho que a prioridade do Senado deveria ser a reforma tributária — defendeu, criticando o "desgaste e o mal-estar" gerados pela pendência entre o pre-

sidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), em torno da relatoria do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). A solução mais lógica, na opinião de Amorim, seria a elaboração de relatorias setoriais, "com participação de todos os partidos".

Ernandes Amorim lembrou que reagiu, na tribuna do Senado, às reclamações do presidente da República contra um suposto atraso do Congresso na votação de reformas estruturais propostas pelo Executivo. Mas, ontem, reconheceu que, quanto à reforma tributária, "a tra-



Amorim diz que reforma tributária deve ser "prioridade"

mitação está mesmo demorando".

Em setembro de 95, foi criada na Câmara a comissão especial da reforma tributária e, em outubro, o deputado Mussa Demes foi designado relator, disse Amorim. Após dois relatórios, apresentados em junho de 1996 e em outubro de 1998, acrescentou, foi nomeada nova comissão, em 99, e mantido o relator.

Marina denuncia suicídio em massa de índios em MS

A senadora Marina Silva (PT-AC) denunciou tentativas de suicídio coletivo dos índios kaiovas, em Mato Grosso do Sul. "O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) considera os governos federal e estadual como responsáveis, já que os suicídios decorrem do descaso com que o poder público trata as demarcações de terras indígenas no país", afirmou.

Para Marina, o fenômeno pode ter várias explicações, mas a mais provável é a contaminação dessas populações por mercúrio ou pesticidas: "Os brancos de terras vizinhas às reservas se



Para Marina, descaso do poder público é a causa do fenômeno

utilizam de pesticidas e isso poderia estar resultando num processo de depressão que os leva ao suicídio".

Ela argumentou que o fenômeno não pode ser visto como "normal", uma vez que o suicídio ocorre apenas nos casos em que os índios são confinados em áreas onde não conseguem reproduzir seus costumes e viver do manejo dos recursos naturais. "Eles são obrigados a se relacionar com o mundo dos brancos, sendo tratados como inferiores do ponto de vista social e econômico."

A senadora denunciou que as terras

dos kaiovas foram invadidas há muitos anos, mas a Funai protela a retirada dos invasores desde 1995. "O governador José Orcírio comprometeu-se a levar o ministro da Justiça, José Carlos Dias, à região, mas não cumpriu a promessa. Os assessores do ministério informaram que não havia proposta concreta de demarcação dessas terras", relatou.

Marina se dispôs a acompanhar os membros da Comissão de Assuntos Sociais em visita ao local. "É preciso lembrar que os índios somavam 5 milhões por ocasião do descobrimento; hoje são 250 mil. Eram populações saudáveis e hoje se suicidam, especialmente jovens entre 15 e 22 anos. Isto é assassinato em massa", concluiu.



Mozarildo Cavalcanti pretende garantir "motivação e satisfação" à comunidade acadêmica do estado

Mozarildo pede eleição direta para reitor em Roraima

A realização de eleições diretas para reitor da Universidade Federal de Roraima, que se encontra sob intervenção, foi pedida ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Mozarildo reivindicou também a retomada das atividades da escola agrotécnica vinculada à universidade e agradeceu ao ministro pela reativação de cursos universitários em nove municípios do estado.

Lembrando que a universidade foi fundada em 1990, Mozarildo disse que dois reitores foram escolhidos diretamente pela comunidade acadêmica. No entanto, por razões administrativas, o Ministério da Educação interveio na universidade. Como o mandato do segundo reitor termina em outubro, Mozarildo defende a realização de eleições diretas para que se dê "à comunidade acadêmica motivação e satisfação de conduzir os seus próprios destinos, elegendo reitor identificado com a comunidade local e que saiba fazer um trabalho articulado com as autoridades".

Mozarildo está reiterando ao ministro Paulo Renato pedido para que determine a reativação da escola agrotécnica que funcionava dentro da universidade. Segundo o senador, trata-se de escola do estado que foi repassada à universidade com toda sua área, equipamentos, prédios para implantação do curso de agronomia e ao mesmo tempo manutenção do curso de técnico agrícola. No entanto, segundo o senador, a universidade desativou esse curso sem uma justificativa.

O senador agradeceu ao ministro da Educação as providências para que os cursos da universidade em nove dos 15 municípios do estado de Roraima sejam reativados a partir de 11 de outubro. Mozarildo também destacou que amanhã a Universidade Federal de Roraima promoverá colação de grau de mais 100 alunos, ultrapassando a casa dos mil formandos em nove anos de funcionamento.

Maldaner defende busca de aproximação com Argentina

Senador faz apelo ao Itamaraty e ao Ministério do Desenvolvimento pela retomada do diálogo com o país vizinho, em defesa do Mercosul

As relações entre Brasil e Argentina vêm prejudicando o futuro do Mercosul, afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao fazer um apelo ao Itamaraty e ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para que busquem uma aproximação entre os dois países, evitando-se prejuízos nas relações bilaterais.

Para o senador, setores importantes da economia dos dois países estão sendo prejudicados por esta situação. Ele informou que a Comissão do Mercosul, reunida pouco antes no Congresso Nacional, manifestou esta preocupação aos quatro embaixadores dos países que compõem o Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.



Maldaner lamenta que setores importantes da economia dos dois países venham sendo prejudicados

Casildo Maldaner ressaltou que o país entende a reclamação da Argentina quando da mudança do câmbio no Brasil. Ele observou, no entanto, que, em "função dos laços comerciais que mantemos com eles, temos setores importantíssimos que estão parados na fronteira". O senador disse que negócios foram fechados, mas que não têm como se concretizar em função de uma injeção política.

O parlamentar sugeriu que, até um novo governo se definir na Argentina, já que o país passa por um momento de eleições, o governo procure adotar um caminho de "busca do diálogo, para que as questões fundamentais do Mercosul não caiam por terra".



Moreira Mendes preside Sindicato de Agências de Viagem e integra Federação Nacional de Turismo

Moreira Mendes acusa BBTur de concorrência predatória

Presidente do Sindicato de Agências de Viagem e Turismo de Rondônia (Sindetur) e integrante da Federação Nacional de Turismo (Fenatur), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) acusou ontem a Banco do Brasil Viagens e Turismo (BBTur) de promover, "através de grandes aportes de capital do Banco do Brasil, concorrência desleal e predatória" com as cerca de 10 mil empresas de micro e pequeno porte existentes no país.

Responsáveis pela geração de 80 mil empregos diretos, os agentes de viagem reúnem-se em Curitiba, entre 29 de setembro e 3 de outubro, no XXVII Congresso Brasileiro de Agências de Viagem, destacou o senador, registrando que sua expectativa é a de que, no encontro, seja firmada uma posição pela limitação da BBTur à função, única e exclusiva, de carrear correntes turísticas para o mercado brasileiro.

Conforme o senador, a própria existência da BBTur demonstra que o Banco do Brasil desviou-se de sua atividade primária como instituição financeira. Mas, além de não funcionar como agência de fomento das atividades ligadas ao turismo, o banco, através da BBTur, tem "atuado agressivamente no mercado nacional como agente de viagens e como operadora", afirmou.

Moreira Mendes citou a utilização das malas diretas do BB e de seus produtos, como cartões de crédito, como meio de propaganda da BBTur. Referiu-se também a despesa de US\$ 5 milhões pelo fretamento do transatlântico *Ecstasy* para a venda de cruzeiros marítimos para o próximo *réveillon*, em atuação desleal e desigual, conforme a opinião da maioria dos agentes de viagem, segundo o senador.

Outra forma de sufocar as pequenas agências, apontou Moreira Mendes, tem sido a exigência, feita pelo Banco do Brasil para a concessão de empréstimos, de que as agências transfiram a sua conta de viagens — como passagens, pacotes, hotéis e locação de veículos — para a BBTur.

Álvaro Dias quer esclarecer denúncia sobre licitação do DNER

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, solicitando informações a respeito de denúncias veiculadas na imprensa de irregularidades em licitação feita pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para a pavimentação da BR-476, que liga Curitiba a Adrianópolis (PR). O trecho é conhecido como "Estrada da Ribeira".

A licitação, conforme noticiado em vários órgãos de imprensa, teria sido vencida pela empresa parana-

ense J. Malucelli Construtora de Obras, de Curitiba, cujo preço proposto pelos 94 quilômetros da obra foi de R\$ 29,79 milhões, informou o senador. Por decisão do DNER, no entanto, a empresa mineira ARG, oitava colocada na licitação, com preço proposto de R\$ 44,1 milhões, acabou sendo reconhecida como vencedora e, portanto, responsável por uma obra cujo valor estipulado inicialmente pelo próprio DNER seria de R\$ 34,4 milhões.

Além do prejuízo para os cofres públicos, salientou Álvaro Dias, a decisão aponta para "um ato de deso-



Álvaro Dias acredita que notícia aponta para um "ato de desonestidade"

onestidade" que, a seu ver, precisa ser devidamente apurado, com responsabilização dos envolvidos.

Mauro elogia inauguração do Memorial do Cerrado

A inauguração do Memorial do Cerrado e de uma vila cenográfica pela Universidade Católica de Goiás foi saudada ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). "A iniciativa da reitora Clélia Craveiro é mais um avanço de qualidade na constante preocupação da Universidade Católica em ampliar os conhecimentos sobre o ambiente físico do Centro-Oeste brasileiro", afirmou.

Mauro Miranda explicou que o memorial abriga uma floresta petrificada, com idade aproximada de 280 milhões de anos, e fósseis de até 600 milhões de anos expostos nesse museu arqueológico. "Há o caso de um

inseto da família dos trilobitas, considerado o parente mais antigo da barata. Esqueletos completos ou parciais de elefantes e outros animais fazem parte da fauna gigante que viveu no cerrado há cerca de 12 mil anos. O memorial exhibe também o esqueleto do Homem da Serra do Cafezal, que viveu na região de Serranópolis, em Goiás, há 11 mil anos", enumerou.

A vila cenográfica, segundo o senador, foi inaugurada no Dia da Árvore e representa um pequeno povoado dos cerrados do início do século e a sua respectiva zona rural, além de mostrar a forma de colonização



Mauro Miranda destaca preocupação da Universidade Católica de Goiás com meio ambiente da região

portuguesa no interior brasileiro e a transição sociocultural da sociedade tradicional do século XIX para a modernidade do século XX.